

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.443 - SP (2019/0272553-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : LUANA CAROLINA MOITINHO
ADVOGADOS : NUGRI BERNARDO DE CAMPOS - SP343409
FELIPE SOUSA DE ALCANTARA - SP343299
AGRAVADO : SETPAR MIRANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE
LTDA
ADVOGADOS : LUÍS HENRIQUE GOULART CARDOSO - SP207172
EDUARDO SILVA MADLUM - SP296059
WILLIAM SILVA DE ALMEIDA PUPO - SP322927

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPROCEDÊNCIA. 1. EFEITOS DA REVELIA. RELATIVIDADE. CONVICÇÃO DO JUIZ. INVIÁVEL MODIFICAR AS CONCLUSÕES DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 DO STF E 211 DO STJ. 3. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DA COBRANÇA DE JUROS. REVISÃO OBSTADA PELAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. 4. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Na origem, Luana Carolina Moitinho ajuizou ação revisional cumulada com consignação em pagamento e repetição de indébito contra Setpar Mirante Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., tendo em vista a realização de contrato de compra e venda de imóvel celebrado com a ré, objetivando a revisão contratual de encargos contratuais por considerar excessivos, além de requerer pedido liminar, a fim de autorizar a consignação dos valores.

O Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos autorais, revogando a liminar anteriormente deferida, e condenou a autora ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais), todavia suspensos em razão da concessão da gratuidade judiciária (e-STJ, fls. 161-166).

Interposto recurso de apelação pela autora, a Décima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, negar provimento ao apelo, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 211):

COMPRA E VENDA IMOBILIÁRIA. REVISÃO CONTRATUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IGP-M/FGV E JUROS COMPENSATÓRIOS DE 0,5% AO MÊS.

Legalidade. Capitalização de juros não verificada. Contrato que prevê a aplicação dos juros de forma simples. Teoria da imprevisão. Inaplicável. Alegações de dificuldades financeiras, mudança de seu estado civil e problema de saúde que não exoneram a apelante da obrigação de adimplir as prestações assumidas.

Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 263-269).

Nas razões do recurso especial, a recorrente, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegou, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 6º, IV e VIII, do CDC; e 28, *caput*, e parágrafos, da Lei n. 9.069/2005, sustentando que não lhe foi assegurada a proteção dos direitos básicos do consumidor, tais como: a proteção em relação às cobranças abusivas e à facilitação de defesa do direito do consumidor inclusive com a inversão do *ônus probandi*.

Afirmou ainda que a recorrida não tem permissão para aplicação de correção mensal, por não se enquadrar na categoria de instituição financeira.

Aduziu também que deveria ter sido reconhecida a revelia da parte recorrida, assim como a ocorrência de cerceamento de defesa, uma vez que não lhe foi possibilitada a realização de prova pericial, a fim de demonstrar a abusividade decorrente das cobranças.

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 273).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a ausência de vulneração aos dispositivos tidos por violados, bem como pela falta de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Brevemente relatado, decido.

De início, a jurisprudência desta Corte Superior e a doutrina são pacíficas ao entenderem que a presunção de veracidade decorrente dos efeitos da revelia é relativa,

tornando-se absoluta somente quando não contrariar a convicção do Magistrado.

Assim, tendo sido consignado pelas instâncias ordinárias que a presunção de veracidade deve ser relativizada, torna-se inviável modificar tais conclusões nesta instância extraordinária, pois demandaria o reexame de provas, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

No mais, o acórdão recorrido dirimiu a questão com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 212-215):

As partes celebraram compromisso de venda e compra referente ao lote 27, quadra 07, do empreendimento “Residencial Mirante”, pelo preço de R\$ 64.728,00, dividido em 150 prestações mensais de R\$ 431,52 (fls. 31/38).

Consta no instrumento do contrato que as parcelas contratuais serão atualizadas com base no IGP-M/FGV, acrescidos de juros de 0,5% ao mês (fl. 38).

A adoção do IGP-M/FGV como indexador das parcelas futuras do preço de imóvel prometido à venda, com pagamento diferido no tempo, nada tem de ilegal ou abusiva.

Pactuaram as partes a atualização dos valores das parcelas do preço por índice da Fundação Getúlio Vargas, a saber, pela variação do IGP-M, que reflete a inflação mediante os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis, com composição de outros indexadores (IPA, IPC e INCC).

Não se vê, a princípio, qualquer ilegalidade ou mesmo abusividade na eleição de índice claro e usualmente empregado por agentes econômicos para atualizar as parcelas do preço futuro de imóvel prometido à venda.

(...)

Também não se vislumbra a incidência de juros sobre juros.

Com efeito, o contrato prevê que os valores das parcelas serão acrescidos de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, do que se depreende que não há capitalização de juros.

Os juros visam compensação decorrente da perda da posse direta do imóvel alienado, com imediata imissão na posse do adquirente, impedindo, assim, que o promitente vendedor e credor seja lesado pelo adimplemento diferido do preço do imóvel.

E não se cogite de ser o caso de aplicação da teoria da imprevisão, porquanto não se afigura fator externo e imprevisível que justifique a revisão do contrato.

Alegações de dificuldades financeiras, mudança de estado civil e problema de saúde não exoneram a apelante da obrigação de adimplir as prestações assumidas.

Pelo exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, majorando a honorária, devida ao patrono do vencedor, para R\$ 1.500,00, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil.

No julgamento dos embargos de declaração, o TJSP esclareceu que (e-STJ, fls. 265-268):

No caso, os embargos objetivam a renovação da matéria controversa em busca de alteração do julgado, na medida em que não há menção de pontos omissos, obscuros ou contraditórios e, por isso, sem razão a embargante.

Convém lembrar que o "magistrado não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão", segundo o entendimento jurisprudencial do colendo Superior Tribunal de Justiça, abaixo em destaque, que se subsume à presente lide:

(...)

Destaca-se que a decisão proferida resulta da inteligência dos artigos de lei nela mencionados, e não de sua inobservância, o que identifica perfeitamente o caráter infringente dos embargos.

Se a embargante acredita na violação dos dispositivos de lei, deve se valer da via recursal adequada.

Não se admitem embargos de declaração infringentes, vale dizer, que, a pretexto de esclarecer ou complementar o julgado anterior, na realidade buscam modificá-lo:

(...)

Além disso, o presente recurso não se presta para prequestionar matéria já decidida, visando à interposição de outros recursos.

Como se vê da leitura dos trechos acima, observa-se que não houve debate sobre a ausência de ilegalidade ou existência de abusividade no contrato firmado entre as partes do ponto de vista da infringência aos arts. 6º, IV e VIII, do CDC e 28 da Lei n. 9.069/2005, nem acerca da existência de cerceamento de defesa, não havendo, portanto, o devido prequestionamento, tampouco se arguiu ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, o que atrai o óbice das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

Ademais, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a falta de prequestionamento impede o conhecimento do recurso lastreado, também, na alínea c do

permissivo constitucional.

Outrossim, a alteração do entendimento do TJSP acerca da inexistência de ilegalidade e abusividade contratual decorrentes da aplicação da correção monetária e da cobrança de juros demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória e de cláusulas contratuais, o que não se mostra possível nessa esfera recursal em razão do óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Por fim, não se revela cognoscível a irresignação deduzida por meio da alínea *c* do permissivo constitucional, porquanto a recorrente não demonstrou a divergência nos moldes exigidos pelos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

É assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas e trechos do voto, sem a realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea *c* do permissivo constitucional.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE DO EXECUTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recorrente deixou de comprovar o dissídio pretoriano nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por ter deixado de transcrever os trechos dos acórdãos em confronto e não ter efetuado o necessário cotejo analítico das teses

supostamente divergentes, tampouco indicado o repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas.

(...)

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.023.675/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Deixo de majorar o valor dos honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida, porque já fixados no Tribunal de origem pelo percentual máximo de 20%.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator